

A Constituinte está votando. Finalmente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Por 487 votos contra 15 e duas abstenções, o plenário da Constituinte aprovou ontem a emenda coletiva proposta pelo Centrão ao preâmbulo da futura Constituição. O grupo liberal obteve ainda outra vitória ao aprovar a emenda substitutiva ao Título I por 480 votos contra nove e quatro abstenções. Os resultados foram conseguidos através de acordo firmado pela manhã entre as lideranças partidárias, que determinaram que a futura Constituição será promulgada "sob a proteção de Deus".

A sessão começou com cinco minutos de atraso e foi marcada por desmentidos. O deputado Ivo Vanderlinde (PMDB-SC) garantiu não ser uma das "baixas" do Centrão, como chegou a ser divulgado. Disse que foi um dos primeiros a subscrever a proposta de mudança do regime interno e explicou que não endossou as emendas coletivas porque pretende se manter independente em relação ao texto constitucional. O deputado Alirton Cordeiro (PFL-PR) também reafirmou sua condição de integrante do Centrão, esclarecendo que não subscreveu apenas a emenda que fixa em cinco anos o mandato do presidente Sarney.

Pouco antes do início da votação, os deputados Amaral Netto e Lúcio Alcântara protestaram contra o sistema eletrônico. Amaral Netto disse que seu voto, na véspera, favorável à proposta do Centrão, foi computado como abstenção. Já o deputado José Genofino (PT-SP) pediu a prorrogação do prazo para a entrega dos pedidos de preferência para votação em separado. Foi imediatamente atendido pelo presidente Ulysses Guimarães, que também pediu "desculpas" pelo painel eletrônico.

O acordo entre as lideranças foi explicado pelo senador Mário Covas. Segundo ele, em troca da aprovação do preâmbulo do Centrão seriam aprovadas mudanças no parágrafo 1º do Artigo 1 do Título I e também do Artigo 4.

O Título I foi aprovado ressaltando os destaques aos seus dispositivos, que foram votados separadamente. O artigo 1 teve uma única substituição. O texto original do parágrafo único do Centrão determinava que "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". O texto aprovado declara: "Todo poder emana do povo, que o exerce por seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição". A matéria foi aprovada por 487 votos. Houve dez votos contra e duas abstenções.

São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Este foi o texto da emenda destacada no artigo 2º, de autoria do deputado Páez Landim (PFL-PI). A aprovação se deu por 424 votos favoráveis contra 27 e duas abstenções.

Foram rejeitadas duas emendas. Uma de autoria do vice-líder do PT José Genofino, que mandava acres-

centar educação sexual entre os objetivos fundamentais do Estado e cujo teor era o seguinte: "Promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e outras formas de discriminação". A proposta foi justificada pelo petista na Declaração dos Direitos Humanos. Ele condenou a violência cometida no Rio de Janeiro contra os homossexuais e a proibição do prefeito paulistano, Jânio Quadros, de que eles se matriculassem na Escola Municipal de Danças. A proposta de Genofino obteve apoio de apenas 130 constituintes contra 317 e 14 abstenções. O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) criticou a sugestão em nome do Centrão. O líder do PMDB, Mário Covas, considerou a questão aberta e o deputado Costa Ferreira (PFL-MA) falou pelos evangélicos. Ele lembrou que Sodoma e Gomorra foram destruídas porque "aceitaram que coabitassem homem com homem e mulher com mulher".

Também foi rejeitada a emenda do deputado Vasco Alves (PMDB-ES) que praticamente inseria na Constituição um artigo da Carta das Nações Unidas: "A alimentação, a saúde, o trabalho e sua remuneração, a moradia, o saneamento básico, a

Hoje, os direitos e as garantias

A Constituinte começa a votar hoje o Título II do projeto de Constituição, que trata dos direitos e garantias fundamentais. A votação começará pelas emendas do Centrão, que têm preferência.

No Capítulo 2, que trata dos direitos sociais, o Centrão propõe a estabilidade no emprego "após 12 meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa, e, nos casos de força maior, de indenização na forma da lei".

O Título II do projeto de Constituição dispõe ainda sobre os direitos individuais e coletivos, a nacionalidade, direitos políticos e a criação de partidos políticos.

GREVE E PENA DE MORTE

No capítulo dos direitos individuais e coletivos será votada em primeiro lugar a emenda do Centrão sobre a pena de morte, que determina: "Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nem pena de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, ou de banimento".

Ainda no capítulo dos direitos sociais, o Centrão apresenta emenda sobre o direito de greve "nos termos da lei, que ressaltará aquelas decididas sem prévia negociação. A lei limitará o direito de greve quando se tratar de serviços ou atividades essenciais e inadiáveis à comunidade".

segurança social, o transporte coletivo e a educação consubstanciam o mínimo necessário ao pleno exercício do direito de existência digna, e garanti-los é o primeiro dever do Estado". A proposta foi rejeitada por 272 votos contra 175 e oito abstenções.

O plenário aprovou por 453 votos contra cinco e uma abstenção a inclusão da expressão "da não intervenção" no Artigo 4 como um dos princípios em que o Brasil fundamentará sua política externa. A expressão, segundo o relator-adjunto José Fogaça (PMDB-RS) não foi incluída por equívoco na primeira impressão do projeto da Comissão de Sistematização, mas está na segunda. O texto do Centrão, acolhido pouco antes, reproduzira, porém, o que constava da primeira publicação, daí a necessidade de correção.

A votação mais emocionante ocorreu à noite, quando a deputada negra Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a aprovação de emenda estabelecendo que o Brasil não manteria relações diplomáticas nem firmaria acordos com países que adotam oficialmente a discriminação racial.

"Ser negro é lindo e eu quero assumir minha negritude", disse a deputada, chorando, enquanto grande parte do plenário ficava de pé para aplaudi-la. Depois, dezenas de parlamentares fizeram questão de abraçá-la e beijá-la. O pronunciamento de Benedita da Silva, porém, de nada adiantou. Nem o discurso feito logo em seguida por outro deputado negro, Carlos Alberto Cadó (PDT-RJ). O líder do PFL, José Lourenço, e principalmente o relator Bernardo Cabral incumbiram-se de desfazer o clima de emoção, apresentando vários argumentos em favor da rejeição da emenda.

Lourenço lembrou que há outros países, e não apenas a África do Sul, que tem problemas de discriminação racial. E Bernardo Cabral afirmou já haver, no próprio texto em votação, dispositivos condenando a discriminação racial, o que já estabelece uma orientação para a política externa brasileira. A proposta teve 265 votos a favor, 166 contra e 21 abstenções e, não alcançando o quórum mínimo de 280 votos, foi considerada rejeitada.

IMPASSE

A questão da duração do mandato do presidente José Sarney continua dificultando a conclusão dos acordos entre os grupos na Constituinte. Nas reuniões fechadas, os resultados fluem com rapidez e objetividade. Nos encontros abertos à imprensa, a simples chegada dos jornalistas, particularmente de televisão, faz com que os constituintes passem a falar para a platéia, o que acaba dificultando as negociações.

Ontem, por exemplo, foi marcada uma reunião entre o Centrão e os partidos de esquerda para se chegar a um acordo sobre o capítulo dos direitos sociais. O encontro não durou mais do que 15 minutos por causa das divergências sobre se a maioria deveria ou não fazer uma proposta para ser examinada pela maioria.



Alencar Monteiro — 23/88

Depois de 48 horas, o preâmbulo saiu, no encontro de Ulysses com os líderes dos partidos

Constituição já tem preâmbulo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Finalmente o consenso: o acordo para votação do preâmbulo e Título I do texto constitucional foi firmado ontem pela manhã, em reunião do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com líderes e vice-líderes de partidos e coordenadores do Centrão. E foi resolvido o ponto mais polêmico: a inclusão da questão referente à participação popular no exercício dos poderes. O Centrão admitiu que o tema fosse inserido no parágrafo único do Artigo 1 do Título I, em contrapartida, a esquerda assegurou votos para aprovação do preâmbulo de autoria do Centrão.

Assim, no Título I constará: "Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido por representantes eleitos, ou diretamente nos termos da Constituição". Dizendo-se "muito satisfeito", Ulysses lembrou que sempre defendeu que ao lado da democracia representativa estivesse a participativa, em que a iniciativa popular poderá manifestar as suas reivindicações por meio de projetos de lei, referendo ou plebiscito, formas que ainda deverão ser definidas. De acordo com Ulysses, é muito bom que a questão tenha sido incluída no Título I, porque "o preâmbulo é a parte filosófica, doutrinária, e às vezes os próprios tribunais ficam devidos quanto à sua aplicação".

Para o líder do PMDB, senador Mário Covas, o texto tornou-se "razoável" a partir dessa inclusão, enquanto o deputado José Genofino (PT-SP) viu no acordo "uma solução satisfatória para ambos os lados".

Ficou também decidida a alteração da emenda do Centrão no Artigo 2 do Título I, em que se estabelece que são poderes do Estado, harmônicos e independentes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Todos concordaram em que as palavras "harmônicos e independentes" feriam o parlamentarismo. Retirou-se também a palavra Estado, substituída por União. Ficou para decisão no plenário a emenda de José Genofino que estabelece a promoção pelo Estado da superação de preconceitos de raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e outras formas de discriminação.

CHANTAGEM

Alguns constituintes estão fazendo chantagem para comparecer às sessões de votação. Pedem favores ao governo, avião para buscá-los nos Estados, automóveis para apanhá-los em casa em Brasília, secretárias. Ao fazer esta denúncia, sem citar nomes, o deputado José Geraldo (PMDB-MG) fez um apelo à imprensa para que trabalhe no sentido de forçar a vinda dos constituintes a Brasília, "mas sem chantagem". José Geraldo, do Centrão, reuniu-se ontem com alguns companheiros para estudar a forma jurídica de punir os

faltosos. A idéia inicial era castigar com suspensão quem faltasse a três sessões consecutivas, com convocação do suplente, mas ficou provado que isso é inviável por impedimento constitucional. José Geraldo pediu então que a imprensa, "para prestar um serviço inestimável", revele o nome dos faltosos. Que, pelo que ficou demonstrado no sistema eletrônico, ontem foram 42 deputados e cinco senadores.

A possibilidade regimental do "buraco negro" em duas oportunidades, e sempre com a consequência de paralisar os trabalhos por 24 e 48 horas respectivamente, levou o PDS a sugerir à Mesa que, na hipótese de não se conseguir maioria absoluta para aprovação de uma matéria, como aconteceu na quarta-feira, coloque-se em votação a matéria seguinte, enquanto a anterior é negociada. E o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) entregou à Mesa projeto de resolução que garante a preferência automática para a votação das emendas populares, no total de 122. Todos os líderes de partidos, à exceção do líder do PDS, Amaral Netto, assinaram o documento que, após análise, será levado à votação em sessão extraordinária da Constituinte. Pela mudança, as emendas populares terão as mesmas prerrogativas fixadas para as coletivas, ou seja, votação preferencial.

Reunião acaba antes de começar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A falta de entendimento marcou a primeira reunião em que seria discutida, e possivelmente acertada, a votação de um texto negociado sobre os direitos sociais dos trabalhadores entre representantes do Centrão, do MUP (Movimento de Unidade Progressista do PMDB), do PDT e do PT, em um encontro promovido pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar).

O que liquidou com a reunião foi uma discussão, em tom extremamente áspero, entre os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do Centrão, e Jorge Hage (PMDB-BA), do MUP, sobre os objetivos do encontro. Cardoso Alves disse que caberia à minoria elaborar uma proposta, a ser examinada e aprovada pela maioria. Hage respondeu que não reconhecia nenhuma maioria no Centrão. A reunião, prevista para as

9h30, só começou às 10h40, e foi rápida: durou apenas 15 minutos, sem nenhum resultado concreto, a não ser a sugestão para que o diretor-técnico do Diap, Ulysses Riedel, redigisse uma pauta de discussão com os principais temas a serem tratados, e que essa pauta fosse previamente submetida aos partidos e grupos antes da próxima reunião, ainda por ser marcada.

O entendimento, na opinião de participantes da reunião, foi muito dificultado pela atitude de Cardoso Alves, "que assumiu desde o início uma posição de comando, como se estivesse sentado à cabeceira de uma mesa, com duas fileiras de comandados à direita e à esquerda". Outros parlamentares identificaram em Cardoso Alves e Hage um maneiromuito muito em moda no Congresso: "Falar para a platéia", ou seja, para sair na imprensa e na televisão. Foi isso, segundo Domingos Leonelli (PMDB-BA) e Gastone Righi (líder do PTB na Câmara), que levou os

dois a trocarem frases de efeito. A rapidez com que o encontro foi liquidado surpreendeu muitos parlamentares, como o deputado Alcei Guerra (PFL-PR), do grupo dos "modernos do PFL", que chegaram atrasados e encontraram a sala vazia.

GARIMPEIROS

Uma comissão da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada esteve ontem com Ulysses Guimarães pedindo apoio para que prevaleça na Constituinte o texto da Comissão de Sistematização que assegura que as cooperativas concederão prioridade aos garimpeiros na autorização ou concessão para a pesquisa e lavra de recursos e jazidas nas áreas onde já estejam atuando. A comissão pediu também uma CPI para apurar as responsabilidades pela morte de garimpeiros em conflitos em Serra Pelada. "Ano a ano, o garimpo vem sendo alvo de massacres", disse Eliezer Soares, referindo-se principalmente às vítimas do confronto sobre a ponte do rio Tocantins, ocorrido no mês passado.

Simon volta a defender sistema parlamentarista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, declarou que "o presidente Sarney cometeu um grande equívoco ao não aceitar o parlamentarismo como seu sistema de governo", após ter se reunido ontem por mais de duas horas com o presidente, em Brasília, a convite de Sarney. Simon disse que, se Sarney estivesse governando no sistema parlamentarista, a maioria dos problemas atualmente enfrentados pelo País teria sido evitada. E insistiu em que o presidencialismo determinou as mais graves crises brasileiras.



Pedro Simon

Pedro Simon disse que todos os esforços do PMDB devem ser dirigidos à breve promulgação da Constituição, que deve deixar de lado questões menores. O governador não vê com simpatia a convocação do diretório nacional do PMDB para fevereiro e acredita mesmo que o diretório está com a representação defasada. Simon é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney e não acha conveniente que sejam realizadas eleições presidenciais este ano. Segundo ele, há um acúmulo de acontecimentos este ano, como a promulgação da Constituição, reformulação das Constituições estaduais e as eleições para presidente atrapaalhariam o desenvolvimento dos trabalhos.

O governador Simon disse que Sarney está muito magoado com as denúncias nos jornais de que os constituintes estão trocando votos de apoio aos cinco anos e ao presidencialismo por benesses e empregos, afirmando ainda que, pessoalmente, nunca recebeu nenhum pedido de Sarney para que apóie os cinco anos.

"Transição acabou"

O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, defendeu, ontem em São Paulo, a realização de eleições gerais em todos os níveis, após a promulgação da nova Constituição. "A transição política acabou. O que temos agora é o governo de Sarney, representado pelos deputados do Centrão. Com as mudanças das regras do jogo as eleições são fundamentais para o País", afirmou.

Campos e Cardoso debatem a crise

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O populismo como doutrina política; o estruturalismo como doutrina econômica; o nacionalismo e o protecionismo cartorial. Estas são, segundo o senador Roberto Campos (PDS), as quatro vertentes da crise brasileira. A afirmação foi feita ontem no Senado em resposta ao discurso do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB), que havia citado como "sintomas" da mesma crise a descrença e a corrupção generalizada, a falta de rumo nos negócios de Estado e a angústia dos produtores e do povo em geral.

Roberto Campos declarou-se pessimista quanto à possibilidade de conciliação, na Constituinte, entre os textos da Comissão de Sistematização e as emendas do Centrão. O senador disse constatar uma diferença básica entre a "democracia social-liberal" e as "concepções estatizantes", aludindo à existência de "inércias aberrantes" no capítulo da ordem econômica do atual texto do projeto de Constituição. Os alvos de suas críticas foram a definição de

empresa nacional, que em seu entender nem sequer deveria ser matéria constitucional, bem como as dificuldades colocadas às joint-ventures e até mesmo ao cidadão brasileiro que reside no Exterior.

O capítulo dos direitos sociais foi considerado por Roberto Campos "um catálogo de ilusões perigosas": "Não é possível a concessão de estabilidade sem que a empresa seja, ela própria, estável. Para que isto aconteça, deve o governo, através de suas políticas setoriais, garantir receitas e vendas". Fora deste contexto, segundo o senador, a estabilidade seria "uma crueldade para os trabalhadores, pois as empresas terminariam por se transformar em grandes concêntricos, quando o que precisamos é de eficiência para produzir lucros e gerar empregos".

DEMAGOGIA

Em seu discurso, Fernando Henrique havia insistido em que "hoje temos demagogia sem tirania" e defendeu a "restauração do poder político para evitar o agravamento da crise, através de consulta direta ao povo por meio de eleições para presidente da República, logo após a pro-

Burity nega crise na Paraíba

JOÃO PESSOA
AGÊNCIA ESTADO

O governador Tarciso Burity negou ontem, categoricamente, qualquer crise política em seu governo e revelou que a reforma administrativa que pretende implantar no mês de março é justamente para "acabar com os supersecretários". Ontem, o Diário Oficial da Paraíba circulou com o ato governamental que nomeia o ex-secretário do Planejamento, Geraldo Medeiros, como procurador do Estado, nível I.

O deputado Pedro Adélson (PDS), feroz opositor de Burity, disse que "esse governo, o que diz não escrever, e o que escreve não cumpre", e criticar a nomeação de Medeiros, já que o governador prometeu fazer concurso público todas as vezes que fosse nomear, mas "anda nomeando parentes e amigos", acrescentou.

Ao advertir os opositores da reforma administrativa, Burity lembrou que ela servirá para "enxugar" a máquina burocrática do Estado que cresceu exageradamente nos últimos anos. "Parte da convicção de que a melhor forma para se conseguir votos nas urnas é com uma boa e eficiente administração. Um partido que conseguiu o poder só se manterá no cargo se contar com o apoio do povo e procurar, com honestidade, os principais problemas da sociedade; portanto, não há razão para o PMDB e o PL estarem aflitos e magoados com a reforma administrativa", afirmou o governador.

No 'marketing' eleitoral, boatos são fundamentais

Verdadeiras centrais de boatos já estão funcionando para consolidar o "queimar" candidaturas à Presidência da República. A constatação é de Ronald Kuntz, especialista em marketing eleitoral, para quem "o boato é peça muito importante em campanhas políticas". Ronald Kuntz é dono da empresa Brasmartek, que cuida só de assessoria política, mantendo uma rede de filiados em quase todos os Estados.

A empresa vai promover, em março, um debate entre presidenciais e jornalistas, tendo como principais temas os bastidores das campanhas eleitorais. Otimista com relação ao resultado da iniciativa, Kuntz garante que o Debate Nacional sobre Marketing Político vai "quebrar muitos tabus", referindo-se às estratégias que os candidatos e a sua assessoria usam para bombardear os adversários.

Ronald Kuntz, autor de livros sobre marketing político, explicou que muitas artimanhas não consideradas artísticas e, por isso, não são muito conhecidas. "Todo mundo pratica, mas não quer admitir", disse Kuntz, citando a espionagem como forma de descobrir muletas do adversário, esquemas de levantamento de fundos para a campanha e o "terrorismo eleitoral".

Numa campanha "vale tudo", especialmente para presidente, quando as regiões onde predominam o coronelismo e o clientelismo precisam ser levadas em conta, analisa Kuntz. Por isso, segundo ele, a assessoria do candidato deve ter prática de "terrorismo", como fórmulas de impugnar urnas de votação desfavorável, até para evitar que seja praticado pelo adversário.

No debate, essas questões serão discutidas e transmitidas para 49 cidades de todos os Estados, via Embratel, pela TV Executiva, que mantém auditórios para esse tipo de transmissão, em circuito fechado. Segundo Kuntz, já confirmaram presença Ulysses Guimarães, Marco Maciel, Paulo Maluf e Leonel Brizola.

AULA EM CASA
Em abril, estará à disposição dos políticos e seus assessores mais um instrumento para quem pretende promover uma boa campanha para as próximas eleições: o vídeo Como Ganhar Eleições, produzido pela Arapa Associados e pela Manduri Produções.

Em pouco mais de uma hora, em sua própria casa, os interessados nos mais diversos cargos poderão aprender como portar-se diante das câmeras de televisão. Para Sérgio de Andrade, dono da Arapa, "quem é bom de câmera é bom de votos". Didaticamente, e com diversos exemplos, terão lições de como olhar para a câmera (o mais indicado é levemente de perfil); como se relacionar com os jornalistas, dando importância máxima a repórteres e editores; utilizar corretamente as cores e o espaço em cartazes e outdoors.

Mais: devem escolher os assuntos certos para públicos diferentes e ter noções exatas de como se portar em reuniões, em casa ou em porta de fábrica.

A idéia surgiu de um seminário sobre o assunto realizado no ano passado. "Os próprios políticos pediram o vídeo", explica Andrade. Com isso, ele espera também que surjam novas personalidades na área, "mais sinceros e menos demagogos". A fita poderá ser encontrada também em videocassetes.

'JB' recusa horário para 'Marronzinho'

A Rádio Jornal do Brasil se recusou a transmitir o programa do Partido Social Progressista (PSP). A direção da empresa enviou carta ao ministro da Justiça, Paulo Grossard, para explicar a sua decisão. Segundo a JB, o presidente do PSP, Alcides Marrom de Oliveira, tem contra ele pelo menos 30 processos judiciais. No final da noite, a rádio divulgava a nota oficial, assinada pelo diretor J.A. Nascimento.

O programa, levado ao ar obrigatoriamente pelas cadeias de rádio e televisão, provocou perplexidade e revolta em São Paulo. Durante a fala de Marronzinho, um sem-número de pessoas telefonou para a redação do Estado, xingando-se do "absurdo de a Justiça Eleitoral permitir que um elemento desse nível alcance nossos lares utilizando-se de um veículo de massa como a televisão". As reclamações giravam sempre em torno da figura do presidente do Partido Social Progressista, "que parecia estar bêbado", na opinião de uma senhora do bairro de Pinheiros, que não quis se identificar. Um senhor que também preferiu ficar no anonimato, "leitor de o Estado há mais de 40 anos", disse estar "indignado com a lei eleitoral do País, que dá acesso às cadeias de rádio e televisão a um sujeito desqualificado como esse, chelo de processos nas costas". A maioria dos leitores ligava dizendo estar "consciente da inutilidade dos nossos reclamos, mas fazemos questão de registrar nosso protesto".